



H0792

TERRITÓRIO NORMADO E TERRITÓRIO COMO NORMA: O CASO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Renan Lélis Gomes (Bolsista FAPESP) e Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia (Orientador), Instituto de Geociências - IG, UNICAMP

Esta pesquisa em iniciação científica analisa uma das facetas da territorialidade estatal brasileira, qual seja, a territorialização das Transferências Voluntárias do Governo Federal para os municípios. Possuidora de uma forma de organização político-territorial federativa, o ente dessa federação detém, por direito constitucional, as mesmas virtualidades legais, o que impediria uma hierarquia entre os entes. Por isso, os pactos políticos estabelecem complexas engenharias políticas de transferências de recursos do Governo Federal para estados, municípios e Distrito Federal. No entanto, essa forma “Constitucional e Legal” não é observada nas Transferências Voluntárias, pois estas são resultado de negociações políticas e não gozam das garantias estruturais das transferências Constitucionais e Legais. O recorte espacial desta pesquisa são as Transferências Voluntárias estabelecidas entre os municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e o Ministério da Ciência e Tecnologia, compreendendo assim como essas transferências podem ser elementos de seletividade e hierarquização entre municipalidades.

Território - Transferências - Norma